

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**

José Claudiano de Brito Batista <sup>1</sup>  
Cidoval Moraes de Sousa <sup>2</sup>

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é discutir uma visão da Economia Solidária (ES) com foco para as Políticas Públicas empreendidas pelo governo federal a partir de 2003, de forma a compreender o papel do Estado no sentido de fortalecer os empreendimentos econômicos solidários (EES) no Brasil. Metodologicamente o trabalho é de ordem bibliográfico, e portanto, foi realizada uma revisão de literatura através de artigos publicados bases de dados em meio digital. Concluiu-se com o reconhecimento da importância decisiva das políticas públicas implementadas pelo governo federal a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), como também, a necessidade de interação entre estados e municípios na busca por maior eficiência, e por fim, a institucionalização destas políticas de apoio para que as mesmas não se limitem unicamente em ações político-partidárias de momento, mas sobretudo, que se efetivem permanentemente em políticas públicas de Estado.

**Palavras-chave:** Economia Solidária, Empreendimentos, Políticas Públicas.

### **INTRODUÇÃO**

A Economia Solidária (ES) é um movimento que propõe nova forma de produzir, comercializar e consumir produtos e serviços, através de princípios como a solidariedade, cooperação, democracia, e sobretudo, autogestão. A ES emerge entre os trabalhadores e trabalhadoras como alternativa ao elevado desemprego promovido pela economia de mercado que se preocupa muito mais com o lucro e competição desmedida entre as organizações e as pessoas do que em oferecer respostas para as melhoria de vida das pessoas.

Paul Singer (2002), principal referência da Economia Solidária no Brasil, pontua que se toda a economia fosse solidária, a sociedade seria bem menos desigual. Contudo, o que importa é compreender que a desigualdade não é natural e a competição generalizada alimentada pelo capitalismo tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas, ou seja, do modo de produção. Portanto, a Economia Solidária é outro modo de

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, claudianobrito@gmail.com;

<sup>2</sup> Professor orientador: Doutor, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, cidoval@gmail.com

produção, cujos valores básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital, democracia na tomada de decisão e o direito a liberdade individual.

O objetivo específico deste texto é discutir uma compreensão da Economia Solidária através do enfoque das políticas públicas implementadas pelo governo federal em apoio e fortalecimento aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Brasil a partir do ano de 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Metodologicamente foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos e contribuições aos temas propostos, Economia Solidárias e Políticas Públicas, a partir de 2003, tendo como referências livros e publicações em periódicos no meio digital, como também, na plataforma da Scielo.

Portanto, em análise na literatura observou-se que as Políticas Públicas de Economia Solidária receberam atenção relevante com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) a partir de 2003, primeiro ano do recém eleito presidente Lula, no entanto, ao longo dos anos seguintes, apesar dos avanços e instrumentos criados, não houve a institucionalização permanente dessas políticas, que, até o momento essa questão se constitui em um dos grandes desafios da Economia Solidária no Brasil.

## **METODOLOGIA**

Metodologicamente o presente artigo se propõe em fazer uma revisão de literatura sobre as Políticas Públicas de Economia a partir de 2003, tendo como referências bibliográficas livros e publicações em periódicos no meio digital, como também, pesquisas na base de dados da plataforma Scielo usando descritores como “Economia Solidária e Políticas Públicas”, como também “Políticas Públicas de Economia Solidária” favorecendo uma pesquisa mais eficaz para os objetivos propostos.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Economia Solidária**

Algumas das áreas que vem se destacando atualmente no debate e na produção científica nas áreas de administração e planejamento regional são as formas de organização da sociedade

e os projetos que propõem a superação do entendimento de crescimento econômico para desenvolvimento sustentável (VITCEL *et al.*, 2010).

A economia solidária no contexto do desenvolvimento sustentável para além da lógica do crescimento econômico, muitas vezes a qualquer custo, mostra-se hoje como uma experiência praticada amplamente no Brasil e em muitos outros países. Embora com outros nomes e significados variados, mas em comum a ideia da solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade de mercado e a economia capitalista. Fazem parte desse novo modelo os empreendimentos urbanos ou rurais, baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão. São organizações de produtores, consumidores e de créditos que se diferenciam por estimular e praticar a solidariedade entre os membros e a autogestão de suas organizações (CULTI, 2008).

Gaiger (2013), pontua que especialmente nos países periféricos em relação ao centro hegemônico mundial, sempre subsistiram práticas econômicas fundamentadas no trabalho e amparadas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material atende a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social. Desde o século XIX, em paralelo ao domínio do capitalismo, estratégias associativas e cooperativas buscam condições de vida a importantes contingentes e, ademais, vêm mantendo vigentes princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza que difere da racionalidade estrita do capital.

No tocante a conceituação do que de fato é a ES, há uma diversidade de conceitos, contudo, pode-se caracterizar a Economia Solidária como o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva e popular, com um certo grau de democracia interna e que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade (NASCIMENTO, 2003). "Talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas" (SINGER, 2002, p. 16). A empresa capitalista pratica a heterogestão, ou seja, a gestão hierarquizada formada por níveis sucessivos de autoridade. A empresa solidária se administra democraticamente por seus trabalhadores, ou seja, pratica a autogestão (SINGER, 2002).

Para Gaiger (2013), o termo Economia Solidária ganhou expressão no Brasil ao longo dos anos de 1990, à medida que iniciativas econômicas surgiram no país, notabilizando-se e sendo reconhecidas por sua natureza coletivista e suas práticas de cooperação e autogestão. Expandindo-se, a economia solidária veio a abranger categorias sociais e modalidades diversas de organização, tais como unidades informais de geração de renda, associações de produtores

e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades cooperativas dedicadas à produção de bens e prestação de serviços, como também organizações de fomento ao crédito.

Paul Singer (2005), ressalta que os EES compreendem diferentes tipos de “empresas” e associações voluntárias com a intenção de proporcionar aos associados benefícios econômicos mútuos. Gaiger (2004) salienta que as linhas determinantes da economia popular solidária não estão definidas, pois se apresentam em meio a ambiguidades e contradições. O uso corrente do conceito recobre um conjunto de iniciativas com motivações, origens e naturezas distintas, que não comportam tendências espontaneamente confluentes, que redundariam, por uma força natural de aproximação, em uma nova totalidade social, a abraçar integralmente as diversas formas de vida dos trabalhadores. Cabe ainda recordar que os sujeitos de boa parte das experiências pertencem aos extratos populacionais mais pobres.

O cooperativismo nasceu no mesmo berço das lutas sindicais e político-partidárias, nas quais ganhou forma e vigor o movimento operário. Nenhuma dessas três frentes conduziu aos desfechos revolucionários, ardorosamente esperados e alimentados como via de passagem ao socialismo; nenhuma escapou a desvirtuamentos e instrumentalizações, por vezes com desenlaces trágicos. Contudo, nenhuma deixou de afetar radicalmente a face do capitalismo e de alimentar anseios e aspirações que seguem impelindo indivíduos e coletividades a lutarem contra a perversidade e a desumanização (GAIGER, 2013).

No Brasil, os estudiosos da Economia Solidária convergem quanto às transformações históricas que tiveram maior impacto sobre o aparecimento e a revitalização de práticas associativas e cooperativas. No inventário macroeconômico do final do século XX, citam-se, em primeiro lugar, as mudanças no modelo de acumulação capitalista, por seus efeitos sobre a reconfiguração mundial dos mercados, as estruturas e cadeias produtivas e a geopolítica. A isto se vincula a crise de grande magnitude que então atingiu o modo de trabalho assalariado, cujos reflexos têm sido ondas de desemprego em larga escala e de instabilidade econômica, obrigando os trabalhadores à busca de alternativas de ocupação e renda (GAIGER, 2013).

### **Políticas Públicas e Economia Solidária no Brasil**

Inicialmente, Rodrigues (2010) explica que foi na década de 1950 que a ciência da política pública vai surgindo com base numa variedade de questões, disciplinas métodos e enfoques que buscam esclarecer porque determinadas políticas são implementadas e outras não pelos governos.



Do ponto de vista das Políticas Públicas, não existe uma única e definitiva definição em razão do seu caráter multidisciplinar. Diversos estudiosos contribuíram com definições que se complementam, contudo, pode-se resumir Política Pública como um campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo colocar o governo em ação, analisando essa ação, como também, propor mudanças no curso dessas ações. A implementação de Políticas Públicas constitui-se no momento em que os governos democráticos colocam em prática os seus programas e plataformas eleitorais, ou seja, ações efetivas que irão produzir resultados e mudanças no mundo real (SOUZA, 2006)

Complementando, Cardoso (2010) afirma que a discussão sobre a eficácia das políticas universais em contraposição a políticas focalizadas para a redução da pobreza parece ter sido superada. Desse modo, o enfoque latino-americano de políticas sociais enfatiza de maneira indispensável as políticas universais como saúde e educação, mas sem deixar de apontar esforço e atenção para políticas que beneficiem parcelas mais vulneráveis da população, sobretudo, quando eles são numerosos.

No Brasil mais especificamente, Pochmann (2013) afirma que a primeira década do século XXI passará para a história como um ponto de inversão na trajetória socioeconômica nacional. As décadas de 1980 e 1990 foram muito difíceis com sinais claros de regressão econômica e social no país. No entanto, nos anos 2000 o Brasil recuperou o dinamismo econômico e o rendimento das famílias cresceu de forma generalizada, como também, houve uma ampliação na taxa de ocupação, ou seja, queda na taxa de desemprego, e conseqüentemente diminuição da pobreza absoluta.

Portanto, compreende-se políticas públicas como sendo um conjunto de programas desenvolvidos pelo Estado para atender a uma demanda social. Especificamente se referindo a temática do presente trabalho, as Políticas Públicas para a Economia Solidária (PPES) representam uma nova modalidade de política de geração de trabalho e renda, que acenam para o estabelecimento de um novo padrão de envolvimento entre sociedade e Estado. Nesse contexto, as políticas públicas voltadas ao fomento e desenvolvimento da economia solidária assumem um papel decisivo no processo de fortalecimento dos empreendimentos e emancipação dos envolvidos, bem como representam forte estímulo à constituição de uma sociedade pautada na cooperação. (NATIVIDADE; PEREIRA; OLIVEIRA, 2011).

No Brasil as políticas públicas de economia solidária (PPES) obtiveram maior visibilidade com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) pelo governo federal em 2003. A partir de uma articulação entre entidades nacionais que

trabalhavam com a Economia Solidária e de gestores públicos de governos estaduais e municipais esse debate se inicia no contexto dos Fóruns Sociais Mundiais. Surge, portanto, um proposta que posteriormente foi encaminhada ao governo Lula (eleito em 2002), de implementação de uma política nacional de apoio à Economia Solidária (SHIOCHET, 2012).

Do ponto de vista das políticas públicas, a inclusão da economia solidária nas ações governamentais explicitava os limites e contradições do “Estado mínimo para o social”, pois a economia solidária exigia uma posição cada vez mais ativa dos governos: compor equipes qualificadas de gestores, planejar ações de longo prazo, viabilizar capacidade de alocação de recursos, integrar o Estado à economia real das comunidades. De alguma maneira pode-se afirmar que as exigências da economia solidária contribuíram para a crítica das políticas neoliberais e para a defesa da participação mais ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais (SHIOCHET, 2009)

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) surgiu em 2003, com o objetivo de articular as políticas públicas e num momento em que a economia solidária estava entrando numa fase de crescente reconhecimento público mas com incipiente institucionalização. Ela havia começado a tomar corpo na primeira metade dos anos 1990, com a multiplicação das empresas recuperadas, em razão da desindustrialização e do desemprego em massa, das cooperativas nos assentamentos de reforma agrária, das cooperativas populares nas periferias metropolitanas, formadas com o auxílio de incubadoras universitárias e dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) semeados pela Cáritas nos bolsões de pobreza dos quatro cantos do Brasil (SINGER, 2009).

Dentre as principais políticas empreendidas pela Senaes, dentro do Programa Economia Solidária em desenvolvimento, Singer (2009) destaca a política de formação em Economia Solidária, o Mapeamento Nacional da Economia Solidária, o Brasil Local e o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Sobre a política de Formação em Economia Solidária, destaca-se o fato dela oferecer cursos de economia solidária a servidores dos três níveis de governo, como forma de estimular a institucionalização dessas políticas.

Outra política importante da Senaes foi o mapeamento da economia solidária em todo o território nacional. Esta já era uma intenção antiga do movimento, de ter informações sobre a realidade nacional da economia solidária, tanto para orientar as ações de fomento como para facilitar a formação de redes e cadeias produtivas no seio da economia solidária. Houve então várias tentativas, mas os poucos recursos limitaram o seu alcance a estudos de caso qualitativos, que mobilizaram pesquisadores em universidades das diferentes regiões e propiciaram

conhecimentos teóricos e práticos que se mostraram de grande valia quando a Senaes começou a organizar o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – Sies (SINGER, 2009).

A Senaes também desenvolveu o Brasil Local, que visava o desenvolvimento endógeno de comunidades pobres mediante a ação de agentes de desenvolvimento solidário de membros das comunidades escolhidos por elas para se dedicarem integralmente à organização dos empreendimentos econômicos solidários visando a melhora, a diversificação e a ampliação da economia local (SINGER, 2009). Esses agentes têm como tarefa apoiar os empreendimentos, identificando potencialidades e limites a fim de mobilizar políticas de desenvolvimento local que, por serem geralmente desconhecidas, não são acessadas pelas comunidades que mais necessitam delas. Entre 2005 e 2008, foram assistidos 700 empreendimentos econômicos solidários, dos quais participaram 45 mil trabalhadores em todos os estados da Federação (NATIVIDADE; PEREIRA; OLIVEIRA, 2011).

Singer (2009) destaca a criação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc). Esta política foi originada em 1998, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir da experiência da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), criada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em meados dos anos 1990. A ITCP é uma invenção brasileira, adaptada das incubadoras que abrigam empreendimentos, de professores e alunos, formados para explorar alguma inovação tecnológica descoberta por eles em pesquisas na própria universidade (SINGER, 2009).

Observado a elevada importância, entende-se que as PPES, representam uma nova modalidade de política pública de geração de trabalho e renda no Brasil que vislumbram o desenvolvimento e fortalecimento de soluções alternativas como estratégia de enfrentamento do desemprego e exclusão social, indicando também para o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento entre sociedade e Estado. A orientação dessas políticas para o desenvolvimento de capacidades, em espaços promotores de participação ativa e democrática, relaciona-se ainda ao possível exercício da gestão social empreendida por ações governamentais, como por exemplo, as enormes contribuições das políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária (NATIVIDADE; PEREIRA; OLIVEIRA, 2011).

No entanto, mostra-se importante pontuar que tais avanços políticos e institucionais ainda não foram capazes de alterar uma das principais características das políticas de economia solidária que é o fato destas ações serem políticas de governo, ou seja, sua existência depende dos partidos, coalizões ou grupos políticos que assumem a direção dos poderes executivos. Por isso, a economia solidária ainda não foi incorporada na agenda dos direitos (da cidadania) e dos

deveres (públicos). Esta é a questão da institucionalização das políticas públicas de economia solidária. Como incorporar a economia solidária na agenda do Estado brasileiro? Como traduzir as demandas e necessidades da economia solidária em direitos efetivos dos trabalhadores e em dever do Estado? Como garantir que as ações governamentais permaneçam para além dos processos eleitorais? Portanto, a questão da institucionalização das políticas públicas de economia solidária refere-se as seguintes questões: estas políticas serem ações permanentes do Estado e não apenas conveniência de equipes de governos específicos, como também, do reconhecimento através da consolidação de sujeitos de direitos e obrigações públicas asseguradas (SHIOCHET, 2009).

### **Desafios das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil**

No Brasil, a economia solidária surgiu na década de 1980 como uma resposta dos trabalhadores à crise social provocada pela estagnação econômica e pela reorganização do processo de acumulação capitalista. No entanto, começou a ganhar visibilidade na década seguinte quando se insere no debate sobre as potencialidades transformadoras inerentes à luta popular e da classe trabalhadora. Nesse contexto a resposta dos trabalhadores e comunidades empobrecidas passou a ter caráter emancipatório (SHIOCHET, 2009). No Brasil, principalmente a partir dos anos de 1990, notou-se um crescimento de experiências coletivas de trabalho e produção nos espaços rurais e urbanos, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, fabricas recuperadas, entre outras. Estas organizações realizavam atividades de produção de bens, comercialização, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumos responsável, recebendo apoio de entidade da sociedade civil, movimentos de igrejas, incubadoras universitárias, movimentos sociais e apoio do poder público. Desse modo, no anos de 2003 e 2007 e também entre os anos de 2009 e 2013, houveram mapeamentos da economia solidária o que indicou o quão diversa é a prática a da ES no país (PEES,2018).

A economia solidária se desenvolveu nos anos seguintes e os estudos acadêmicos sobre ela também se multiplicaram. Por essa razão, é de grande importância a existência de informações abrangentes e sistematizadas a respeito da economia solidária para os estudos não ficarem restritos às pesquisas apoiadas em estudos de casos, de abordagem qualitativa, que são também muito valiosos para o exame dos traços particulares dos empreendimentos, mas menos eficientes para identificar seu perfil de maneira mais abrangente. Desse modo, para iniciar e pensar políticas públicas foram realizados os mapeamento dos EES em nível nacional, o que



permitiu uma mudança de escala nas análises e discussões no debate teórico e político. Os estudos sobre a economia solidária no Brasil dispõem de uma importante fonte de informações desde 2005, oriunda dos primeiros mapeamentos nacionais que formou o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), na Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego, com apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O mapeamento mostra a gênese dos empreendimentos econômicos solidários, suas estratégias de desenvolvimento, tipologias e os benefícios para seus integrantes e para as comunidades onde ela se desenvolve (CULTI, 2010).

Contudo, a economia solidária como política pública começou a se tornar mais concreta em nível nacional como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES no governo do presidente Luíz Inácio Lula da Silva. Esta secretaria tem início através de um diálogo exitoso entre o movimento de economia solidária e o governo eleito em 2002. Pode-se dizer que o Fórum Social Mundial (FSM) foi um dos momentos decisivos na história da economia solidária no Brasil. No primeiro FSM foi legitimado um grupo de trabalho de economia solidária, que desde então, foi o centro de mobilizações para uma sequência de políticas pensadas para configurar o movimento (PEES, 2018).

É importante destacar que campo institucional, foram conquistados importantes espaços de participação e de interlocução, expandindo as parcerias para fortalecimento da economia solidária em várias políticas setoriais, como: trabalho e renda, desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial, saúde mental, resíduos sólidos urbanos, cultura, políticas para mulheres, igualdade racial, tecnologias sociais, educação de jovens e adultos, ensino tecnológico, pesca, etc (SILVA, 2011).

Em linhas gerais, uma observação superficial poderia indicar que as iniciativas de gestão governamental e do movimento da economia solidária não conseguiram êxito. Contudo, seria um equívoco, pois trata-se de uma tarefa de grande complexidade. Além de exigir uma formação continuada e transversal, requer atenção das variáveis políticas e também institucionais. Portanto, um dos grandes dilemas da economia solidária é superar a marca político-partidária e se apresentar para o todo da sociedade brasileira como uma proposição capaz de contribuir, por meio de suas experiências em andamento para um modelo viável de desenvolvimento econômico e social com justiça social e cidadania (SOUSA, 2012).

Importante observar que a consolidação das PPES não é um desafio apenas do governo federal e não devem ser administradas de forma centralizada. As conferências nacionais de economia solidária que deram origem ao já mencionado Sistema Nacional de

Economia Solidária garantiu a integração e a articulação entre os órgãos governamentais e da sociedade civil nas esferas municipal, estadual e federal, o que permitiu promover a intersetorialidade e a integração entre as várias políticas, que dialogam com a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável (SILVA, 2011).

Silva (2011), pontua que é preciso ter clareza que a consolidação de uma política pública requer o tempo necessário para o seu devido aprendizado e amadurecimento, o que requer atitude de abertura e a valorização dos mecanismos de controle e avaliação. Mais que instrumentos de racionalização dos recursos e esforços públicos, são espaços de aprendizagem partilhada de gestão de políticas públicas

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em análise da literatura apresentada, mostra-se que a experiência da Economia Solidária no Brasil vem demonstrando através de iniciativas concretas que outro modo de relações de produção na sociedade é possível. Os empreendimentos associativos de autogestão que cada vez mais se multiplicam nas diversas regiões desse país é a prova de que essa nova economia já acontece e tem sido a fonte de trabalho, renda e esperança para centenas de trabalhadores e trabalhadoras. Desse modo, as políticas governamentais cumprem o papel que cabe ao Estado de favorecer as práticas que reconhecidamente demonstram impactar positivamente nas regiões, e sobretudo, na vida das pessoas.

Diante do exposto, conclui-se que as políticas públicas empreendidas pelo governo federal, especialmente após os anos de 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do movimento de economia solidária no país. Os diversos programas empreendidos como a capacitação, acompanhamento, crédito e parcerias com entes estaduais e municipais deram grande ânimo ao movimento. Contudo, também observou-se a necessidade da institucionalização das PPES para que as mesmas não sejam obras meramente político-partidárias, mas sobretudo, ações de Estado e de caráter permanentes. Também foi observado a importância do envolvimento compartilhado dos diversos entes, federal, estadual e municipal, para o alcance de resultados eficazes das políticas empreendidas em benefício da ES.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A literatura analisada demonstrou que as políticas públicas são muito importantes para o desenvolvimento e fortalecimento de práticas que sozinhas talvez não se desenvolvessem. Os empreendimentos de natureza solidários mostram cada vez mais importância para as economias locais onde essa prática acontece. Ou seja, emprego e renda para trabalhadores e trabalhadoras através de negócios administrados de forma coletiva.

A Senaes, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), desde sua criação exerceu um trabalho decisivo na valorização da Economia Solidária através das políticas empreendidas de formação e crédito. Entretanto, o trabalho que vinha sendo feito e aperfeiçoado foi interrompido após o ano de 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma Rouseff. Nos anos seguintes a Senaes foi deixando de cumprir seu papel, chegando ao fato da sua exclusão juntamente com MTE neste ano de 2019.

Portanto, o estudo da Economia solidária e das políticas de fortalecimento se faz necessário pois o movimento se mantém apesar das dificuldades do momento. A Economia solidária continua sendo a esperança de milhares de trabalhadores diante dos números em alto grau do desemprego que agride os mais pobres e produz miséria.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Brunu Marcus F. ARAÚJO, Herton Ellery. **Economia Solidária no Brasil: Novas Formas de Relação de Trabalho?** 2004. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt\\_24i.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24i.pdf)> Acesso em: 20 ago 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. Xadrez internacional e social-democracia. Ed. Paz e Terra. 2010.

CULTI, Maria Nezilda. **Economia Solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários.** Disponível em: [http://historico.aps.pt/viii\\_congresso/VIII\\_ACTAS/VIII\\_COM0220.pdf](http://historico.aps.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0220.pdf) acesso em: 20 ago. 2019.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia Solidária: Outra Economia a Serviço da Vida Acontece.** 2010. Disponível em: <[http://base.socioeco.org/docs/cartilha\\_fbess.pdf](http://base.socioeco.org/docs/cartilha_fbess.pdf)> Acesso em: 20 ago 2019.  
GAIGER, Luíz Inácio. **A outra racionalidade da economia solidária.** Conclusões do primeiro mapeamento nacional no Brasil. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/725> Acesso em: 20 ago. 2019

NATIVIDADE, Abreu Elisangela. PEREIRA, José Roberto. OLIVEIRA, Vania Aparecida Rezende de. **Gestão Social de Políticas Públicas de geração de trabalho e renda: uma reflexão por meio das ações da secretaria nacional de economia solidária.** Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/202> Acesso: 20 ago. 2019.

NASCIMENTO, Claudio. Economia Solidária e Autogestão. Disponível em:  
<[http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/autogestao\\_e\\_es.pdf](http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/autogestao_e_es.pdf)> Acesso em: 20 ago 2019.

PARAÍBA. Plano Estadual de Economia Solidária. 2016. Disponível em:  
<[http://paraiba.pb.gov.br/downloads/plano\\_economia\\_solidaria\\_2017\\_grafica.pdf](http://paraiba.pb.gov.br/downloads/plano_economia_solidaria_2017_grafica.pdf)> Acesso em: 30 nov de 2018.

POCHMANN, Marcio. Políticas Públicas e situação social na primeira década do século XXI. **In: 10 anos de governos pós-neoliberais: Lula e Dilma.** SABER, Emir. Ed. Boitempo. 2013.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. Políticas Públicas. Publifolha. 2010.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Economia Solidária versus Economia Capitalista.** Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1\\_2a05.pdf](http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1_2a05.pdf)><http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>>. Acesso em: 20 ago 2019.

SINGER, Paul. Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em:  
[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4788/1/bmt39\\_06\\_ES1Paul.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4788/1/bmt39_06_ES1Paul.pdf) Acesso em: 20 ago. 2019.

SARDÁ, Maurício. NOVAES, Henrique T. O sentido histórico da autogestão. **In: Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária.** BENINI, Édi A. FARIA, Maurício Sardá de. NOVAES, Henrique T. Dagnino, Renato (Org.) São Paulo: Outras expressões: 2012.

SCHIOCHET, Valmor. **Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil.** **In: Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária.** BENINI, Édi A. FARIA, Maurício Sardá de. NOVAES, Henrique T. Dagnino, Renato (Org.) São Paulo: Outras expressões: 2012.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios.** Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08\\_ECONS\\_institucionalizacao.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ECONS_institucionalizacao.pdf) Acesso em: 20 ago. 2010.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Políticas Públicas de economia solidária: avanços, desafios e perspectivas. Disponível em:  
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5113512> Acesso em: 20 ago. 2019.

SOUSA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 30 nov 2018.

SOUZA, Armando Lírio de. Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3882> Acesso em: 20 ago. 2019.